

Merval  
Pereira

merval@oglobo.com.br



## O “espetáculo” do crescimento

Na euforia que tem marcado suas aparições recentes, mescladas de uma irritação que não seria de se esperar se as coisas estivessem realmente bem, o presidente Lula decretou o fim de uma longa discussão na política econômica brasileira, a do PIB potencial, que, segundo ele, era uma “imbecilidade de economista”.

**D**isse Lula: “(...) diziam que o país não podia crescer mais de 3%, que a casa caía. Aprendemos que é gostoso crescer 4%, 5%, 6%. Queremos crescimento sustentável que dure dez, 15 anos”.

Como quase sempre acontece, Lula estava desinformado e puxando a brasa para a sua sardinha. O Brasil, na verdade, muito antes dele, já teve crescimentos sustentados do PIB de níveis de Índia ou China: de 1950 a 1959, média de 7,15%; de 1960 a 1969, média de 6,12%; e de 1970 a 1979, de 8,78%.

O maior crescimento do PIB foi de 13,97% em 1973, no auge do “milagre econômico”, mas taxas de dois dígitos só ocorreram em seis anos.

A partir de 2007, o Brasil entrou em um crescimento anual em torno de 5%, mas mesmo o crescimento de 5,4% de 2007 colocava o Brasil em desvantagem diante de outros países do mundo do mesmo porte.

Em 2008, o país cresceu 5,1%, mas, em 2009, o crescimento foi negativo. Se se confirmar a previsão do governo de crescer 7% este ano, é possível que a média final de crescimento do governo Lula fique próxima de 4%.

Um crescimento menor, por volta de 5%, por exemplo, levaria a média do governo Lula para um patamar por volta de 3,5%, sempre abaixo da média do crescimento mundial, com o agravante de que os primeiros anos do governo Lula foram os mais prósperos do mundo nos últimos anos.

O economista Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ, em recente trabalho comparativo entre os governos republicanos, aponta que no período 1890-2009 a taxa média de crescimento real do PIB brasileiro é de 4,5%.

No conjunto de 29 períodos, o governo Lula (2003-09) tem a 9 taxa mais baixa de crescimento econômico. E, na ordem decrescente, constata-se que a taxa de crescimento no governo Lula (3,5%) ocupa a 21 posição.

Neste governo, segundo seus estudos, o crescimento médio real anual do PIB é significativamente menor do que a taxa secular de crescimento econômico do país em toda a sua História republicana (4,5%) e à mediana das taxas anuais (4,6%).

Um ponto positivo é o de que o “crescimento potencial” do Brasil, que, no início do governo Lula, era de cerca de 3,5% – a partir do que teríamos problemas de inflação e “hiato de produção”, isto é, falta de produtos e até mesmo “apagão” de energia –, hoje já está por volta de 5%, o que mostra a evolução dos investimentos públicos e privados, e a melhoria dos fundamentos econômicos.

A taxa média de crescimento do PIB brasileiro dos últimos 50 anos foi de 5%, mas a história recente reduz essa expectativa: de 1990 a 2003, o crescimento médio foi de 1,8%; de 1980 a 2003, 2%.

A ampliação do “PIB potencial” está relacionada ao au-

mento da taxa de investimento, que vem subindo cerca de 8% ao ano nos últimos anos, chegando a 17,6% ano passado, e a mais de 18% no primeiro trimestre deste ano, quando o PIB cresceu 2,7%, um índice maior do que nosso crescimento médio anual dos últimos 20 anos até 2003.

Comparado com a China, que investe cerca de 40% do PIB, estamos ainda em patamares muito baixos para querer um crescimento sustentável desse nível.

Na época do "milagre brasileiro", nos anos 1970, o investimento no país chegou próximo a 30% do PIB, taxa que hoje é investida pela Índia, que cresce a uma média de 6% ao ano nos últimos 15 anos.

Para crescer de maneira sustentada, o mínimo necessário seria um investimento público e privado da ordem de 25% do PIB.

A equipe do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV do Rio, chefiada pelo economista Luiz Guilherme Schymura, fez simulações do PIB potencial futuro que apontam, mesmo no cenário mais conservador, um crescimento potencial até 2015 de aproximadamente 4%.

No cenário otimista, o PIB potencial fica entre 4,5% e 5,5% entre 2008 e 2015.

Essa meta só seria factível, porém, com o crescimento da produtividade a 1,5% ao ano, estimulada principal-

mente pela importação de máquinas e equipamentos.

Ao mesmo tempo, porém, a poupança brasileira está na faixa de 20% do PIB, enquanto na China ela está entre 45% e 50%, o que explica a diferença dos investimentos nos dois países.

Para aumentar a taxa de investimento, seria preciso controlar as contas públicas e realizar as reformas estruturais de que o país precisa em setores vitais e sensíveis, como a legislação trabalhista ou a Previdência. O que será tarefa difícil para o próximo presidente ou presidenta, pois estará substituindo um presidente popular que distribuiu mais bondades do que rigores.

■ ■

O senador Pedro Simon, em telefonema e em seu pronunciamento no Senado ontem, tentou desfazer a má impressão que seu projeto sobre a redistribuição dos royalties do petróleo deixou entre os habitantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Longe de mim acreditar que o senador gaúcho lançou seu projeto com o intuito de se aproveitar do clima eleitoral para ganhar vantagens com os eleitores gaúchos.

Ele declarou ontem que sua tentativa, ao contrário, foi conseguir que o Rio e o Espírito Santo fossem ressarcidos pela União dos prejuízos que a emenda Ibsen Pinheiro causaria.

A questão é que a boa vontade do senador Simon não encontra respaldo na realidade burocrática e orçamentária do país, e, sem querer, ele acabou parceiro do governo nesta crise federativa que está instalada.

## O "espetáculo" do crescimento

(Merval Pereira)

O Globo

Na euforia que tem marcado suas aparições recentes, mescladas de uma irritação que não seria de se esperar se as coisas estivessem realmente bem, o presidente Lula decretou o fim de uma longa discussão na política econômica brasileira, a do PIB potencial, que, segundo ele, era uma "imbecilidade de economista".

Disse Lula: "(...) diziam que o país não podia crescer mais de 3%, que a casa caía.

Aprendemos que é gostoso crescer 4%, 5%, 6%. Queremos crescimento sustentável que dure dez, 15 anos".

Como quase sempre acontece, Lula estava desinformado e puxando a brasa para a sua sardinha. O Brasil, na verdade, muito antes dele, já teve crescimentos sustentados do PIB de níveis de Índia ou China: de 1950 a 1959, média de 7,15%; de 1960 a 1969, média de 6,12%; e de 1970 a 1979, de 8,78%.

O maior crescimento do PIB foi de 13,97% em 1973, no auge do "milagre econômico", mas taxas de dois dígitos só ocorreram em seis anos.

A partir de 2007, o Brasil entrou em um crescimento anual em torno de 5%, mas mesmo o crescimento de 5,4% de 2007 colocava o Brasil em desvantagem diante de outros países do mundo do mesmo porte.

Em 2008, o país cresceu 5,1%, mas, em 2009, o crescimento foi negativo. Se se confirmar a previsão do governo de crescer 7% este ano, é possível que a média final de crescimento do governo Lula fique próxima de 4%.

Um crescimento menor, por volta de 5%, por exemplo, levaria a média do governo Lula para um patamar por volta de 3,5%, sempre abaixo da média do crescimento mundial, com o agravante de que os primeiros anos do governo Lula foram os mais prósperos do mundo nos últimos anos.

O economista Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ, em recente trabalho comparativo entre os governos republicanos, aponta que no período 1890-2009 a taxa média de crescimento real do PIB brasileiro é de 4,5%.

No conjunto de 29 períodos, o governo Lula (2003-09) tem a 9ª mais baixa de crescimento econômico. E, na ordem decrescente, constatase que a taxa de crescimento no governo Lula (3,5%) ocupa a 21ª posição.

Neste governo, segundo seus estudos, o crescimento médio real anual do PIB é significativamente menor do que a taxa secular de crescimento econômico do país em toda a sua História republicana (4,5%) e à mediana das taxas anuais (4,6%).

Um ponto positivo é o de que o “crescimento potencial” do Brasil, que, no início do governo Lula, era de cerca de 3,5% — a partir do que teríamos problemas de inflação e “hiato de produção”, isto é, falta de produtos e até mesmo “apagão” de energia —, hoje já está por volta de 5%, o que mostra a evolução dos investimentos públicos e privados, e a melhoria dos fundamentos econômicos.

A taxa média de crescimento do PIB brasileiro dos últimos 50 anos foi de 5%, mas a história recente reduz essa expectativa: de 1990 a 2003, o crescimento médio foi de 1,8%; de 1980 a 2003, 2%.

A ampliação do “PIB potencial” está relacionada ao aumento da taxa de investimento, que vem subindo cerca de 8% ao ano nos últimos anos, chegando a 17,6% ano passado, e a mais de 18% no primeiro trimestre deste ano, quando o PIB cresceu 2,7%, um índice maior do que nosso crescimento médio anual dos últimos 20 anos até 2003.

Comparado com a China, que investe cerca de 40% do PIB, estamos ainda em patamares muito baixos para querer um crescimento sustentável desse nível.

Na época do “milagre brasileiro”, nos anos 1970, o investimento no país chegou próximo a 30% do PIB, taxa que hoje é investida pela Índia, que cresce a uma média de 6% ao ano nos últimos 15 anos.

Para crescer de maneira sustentada, o mínimo necessário seria um investimento público e privado da ordem de 25% do PIB.

A equipe do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV do Rio, chefiada pelo economista Luiz Guilherme Schymura, fez simulações do PIB potencial futuro que apontam, mesmo no cenário mais conservador, um crescimento potencial até 2015 de aproximadamente 4%.

No cenário otimista, o PIB potencial fica entre 4,5% e 5,5% entre 2008 e 2015.

Essa meta só seria factível, porém, com o crescimento da produtividade a 1,5% ao ano, estimulada principalmente pela importação de máquinas e equipamentos.

Ao mesmo tempo, porém, a poupança brasileira está na faixa de 20% do PIB, enquanto na China ela está entre 45% e 50%, o que explica a diferença dos investimentos nos dois países.

Para aumentar a taxa de investimento, seria preciso controlar as contas públicas e realizar as reformas estruturais de que o país precisa em setores vitais e sensíveis, como a legislação trabalhista ou a Previdência. O que será

tarefa difícil para o próximo presidente ou presidenta, pois estará substituindo um presidente popular que distribuiu mais bondades do que rigores.

O senador Pedro Simon, em telefonema e em seu pronunciamento no Senado ontem, tentou desfazer a má impressão que seu projeto sobre a redistribuição dos royalties do petróleo deixou entre os habitantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Longe de mim acreditar que o senador gaúcho lançou seu projeto com o intuito de se aproveitar do clima eleitoral para ganhar vantagens com os eleitores gaúchos.

Ele declarou ontem que sua tentativa, ao contrário, foi conseguir que o Rio e o Espírito Santo fossem ressarcidos pela União dos prejuízos que a emenda Ibsen Pinheiro causaria.

A questão é que a boa vontade do senador Simon não encontra respaldo na realidade burocrática e orçamentária do país, e, sem querer, ele acabou parceiro do governo nesta crise federativa que está instalada.

## João Sicsú: Dois projetos nacionais irão às urnas em outubro

Em entrevista ao jornalista Umberto Martins, do Vermelho, o economista João Sicsú, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do IPEA e professor-doutor do Instituto de Economia da UFRJ, afirma que dois projetos nacionais estarão em disputa na eleição presidencial. Um de caráter desenvolvimentista, liderado hoje pelo presidente Lula e por Dilma Rousseff. Outro, “estagnacionista”, representado pelo tucano José Serra, significa uma ameaça de retrocesso ao neoliberalismo.



Confira abaixo a íntegra da entrevista:

Vermelho: Alguns analistas afirmam que não existem maiores divergências programáticas entre os principais pré-candidatos à eleição presidencial, Dilma Rousseff e José Serra. Qual é a sua opinião sobre isto?

João Sicsú (JS): Penso o contrário. Teremos dois projetos bem distintos em disputa. A Dilma representa a continuidade do governo Lula, cujo projeto ficou mais nítido no segundo mandato, e é respaldado pelo PT, PCdoB, outros partidos da base aliada e os movimentos sociais. A questão central neste projeto é o crescimento econômico, mas isto não significa uma visão “crescentista”, ou seja, em que o crescimento é a meta, final e exclusiva.

Trata-se de um projeto desenvolvimentista, ambientalmente sustentável, com balizadores econômicos como a manutenção da inflação em níveis moderados, administração fiscal que busca o equilíbrio das contas públicas sem sacrificar os investimentos e políticas anticíclicas, redução da vulnerabilidade externa e algum nível de administração cambial, ampliação do crédito e aumento dos investimentos públicos e privados. E com objetivos sociais como geração de milhões de empregos com carteira assinada, melhoria da distribuição funcional da renda e recuperação do valor do salário mínimo.]

Diferentemente, o projeto capitaneado pelo pré-candidato do PSDB tem um caráter estagnacionista. É necessário lembrar a este respeito que FHC, que governou o país entre 1995 a 2002, aprofundou as vulnerabilidades sociais e econômicas do Brasil. A comparação dos resultados dos dois projetos favorece amplamente o atual governo, mas a situação da nação ainda está muito distante das necessidades e potencialidades da economia e da sociedade, de forma que o modelo precisa ser aperfeiçoado, e muito.

Vermelho: Não faz sentido a ideia do pós-Lula inicialmente apresentada por José Serra?

JS: O cenário chamado por alguns de pós-Lula não corresponde à realidade política do país. Temos, na realidade, dois projetos distintos em disputa. O falso cenário pós-Lula tem o objetivo de despolitizar o voto, é uma tentativa de salvação da candidatura do PSDB e seus aliados evitando a comparação das realizações dos governos Lula e FHC, que sem dúvidas é muito desconfortável para os tucanos.

Vermelho: Como foi o comportamento da economia nacional nos dois períodos?

JS: O indicador mais relevante é a evolução do Produto Interno Bruto (PIB). A taxa média anual de crescimento do PIB no primeiro mandato de FHC (1995-1998) foi de 2,5% e caiu para 2,1% no segundo (1998-2002). Nos governos Lula os resultados foram bem melhores, passando de 3,3% no período compreendido entre 2003 a 2006 para cerca de 4,4% no segundo mandato (2007-2010). Estimamos no último caso um crescimento de 6,5% em 2010.

O desempenho do PIB refletiu a evolução dos investimentos, que subiram 4,3% ao ano em média no primeiro mandato de FHC, desabando depois (-2,0 a.a entre 1998 a 2002). No governo Lula ocorreu o contrário. O primeiro mandato foi um pouco melhor do que o da administração tucana, com um crescimento médio anual de 4,5%. No segundo, o ritmo de expansão dos investimentos quase dobrou. Foi de 8,6%.

Aqui cabe destacar o papel do Estado. Nos governos FHC, os investimentos públicos declinaram de um mandato para outro, descendo de 2,21% para 1,6% do PIB. No governo Lula, o começo foi modesto, pois a capacidade de investimentos do Estado foi reduzida a quase zero pelas políticas neoliberais. Os investimentos públicos equivaleram a 1,52% do produto, ao passo que no segundo mandato (2007-2010) a taxa subiu a 2,56%. Neste caso se verifica mais claramente a diferença de projetos. A administração tucana considerava o Estado um entreve ao funcionamento da economia, por isto privatizou o que pode e se orientou pela ideologia do “Estado mínimo”.

Vermelho: isto mudou...

JS: O atual governo está resgatando o papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, interrompeu a política de privatizações, criou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), reforçou os bancos públicos e as estatais.

Foi no segundo mandato que o projeto liderado por Lula ganhou contornos mais claros. A taxa de crescimento do PIB a partir de 2006 tornou-se mais elevada. O crescimento a partir daquele ano teve uma característica digna de nota: a taxa de crescimento do investimento se tornou, pelo menos, o dobro da taxa de crescimento de toda a economia. Para evitar o chamado “vão de galinha” as economias devem buscar reduzir suas vulnerabilidades e elevar a taxa de investimento, pois mais investimento hoje significa mais investimento e mais crescimento amanhã. Estima-se para 2010 um crescimento de 17% dos

investimentos público e privado. O investimento público, incluindo os gastos feitos pela União e pelas estatais federais, alcançará mais de 3% do PIB este ano.

Os tucanos teriam que governar o Brasil por aproximadamente 14 anos para obter o resultado que o presidente Lula obteve em 8 anos. Ou seja, somente em 2016 alcançaríamos o PIB que devemos ter ao final de 2010 se o país tivesse sido governado pelo PSDB desde 1995.

Vermelho: Qual o papel que você atribui ao crédito no crescimento da economia?

JS: Observamos uma ampliação substancial do crédito na economia brasileira ao longo dos últimos anos. Se em 2003, o crédito representava menos que 23% do PIB em 2009 alcançou mais de 46%. O ambiente de crescimento econômico e a confiança gerada pelo governo Lula na sociedade explicam esta expansão extraordinária. A inovação institucional do crédito consignado e a criação de milhões de empregos com carteira assinada contribuíram fortemente para esta performance. Cabe destacar que os bancos públicos foram instrumentos preciosos para que o crescimento dos anos recentes fosse acompanhado por um aumento vigoroso do crédito.

O crescimento, o aumento do investimento e a ampliação do crédito foram alcançados sem comprometer a estabilidade monetária e o equilíbrio fiscal. Tivemos inflação controlada, dívida líquida do setor público monitorada de forma responsável e redução da vulnerabilidade externa. A dívida pública dolarizada [títulos do governo com cláusula de correção cambial], herdada do governo FHC, foi zerada.

Vermelho: As centrais sindicais realizaram recentemente uma conferência nacional da classe trabalhadora cujo principal eixo foi a defesa de um novo projeto nacional de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho. A valorização do trabalho contribui para o crescimento da economia?

JS: Creio que sim, pois a valorização do trabalho fortalece o nosso mercado interno. Isto ficou claro ao longo dos últimos anos, quando tivemos a criação de milhões de empregos com carteira assinada, a valorização do salário mínimo e melhoria da distribuição funcional da renda. O primeiro governo FHC foi uma tragédia para o mercado de trabalho. A geração de emprego com carteira assinada encolheu em média 296 mil por ano e a taxa de desemprego disparou.

No segundo, a situação melhorou um pouco, sendo criados cerca de 454 mil empregos com carteira assinada, um resultado abaixo do necessário para que o nível de desemprego deixasse de crescer, uma vez que mais de um milhão de jovens continuam engordando a população economicamente ativa todo ano. No primeiro mandato do governo Lula foram gerados 1,163 milhão de empregos com carteira assinada por ano; no segundo, o número subiu para 1,466 milhão. A atual administração vai fechar com chave de ouro, pois entre 2003 e 2010 devem ser criados 10,5 milhões de novos postos de trabalho com carteira assinada. FHC teria de governar o Brasil por 64 anos para conseguir o mesmo resultado.

Vermelho: E a valorização do salário mínimo?

Tivemos também uma política de valorização do salário mínimo que foi um elemento chave para o crescimento econômico com distribuição de renda, pois fortalece o mercado interno e beneficia milhões de trabalhadores na ativa e aposentados. No primeiro mandato de Lula, o mínimo subiu 19%, no segundo a valorização foi ainda maior: 31%. Isto ampliou o consumo popular e fortaleceu o mercado interno. A participação dos salários no PIB também cresceu, melhorando a distribuição funcional da renda entre trabalhadores e detentores do capital. Entre 1995 e 2004 a participação dos salários no produto caiu de 35,2% para 30,8%, que foi seu pior nível histórico. A partir de então, houve um nítido processo de recuperação, de modo que em 2009 retornamos ao patamar de 1995.

Assim, podemos concluir que há dois projetos em disputa: o estagnacionista, que acentuou vulnerabilidades sociais e econômicas, aplicado no período 1995-2002, e o desenvolvimentista com distribuição de renda, que está em curso. Portanto, o que está em disputa, particularmente neste ano de 2010, são projetos, já testados, que pregam continuidade ou mudança.